

à 1.ª posição remuneratória da citada carreira, 5.º nível remuneratório, no montante, para o ano de 2010, de 683,13 Euros.

Vila Real, 30 de Março de 2010. — O Governador Civil do Distrito de Vila Real, *Alexandre Chaves*.

203120421

Despacho n.º 6512/2010

Por meu despacho de 30 de Março de 2010, e com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010, a trabalhadora do Mapa de Pessoal do Governo Civil de Vila Real, Maria José Pinto Mesquita, da Carreira de Assistente Operacional passa, pelo prazo de um ano, por mobilidade interna — intercarreiras, a exercer funções da Carreira de Assistente Técnico, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da citada carreira, 5.º nível remuneratório, no montante, para o ano de 2010, de 683,13 Euros.

Vila Real, 30 de Março de 2010. — O Governador Civil do Distrito de Vila Real, *Alexandre Chaves*.

203120998

Guarda Nacional Republicana**Comando Territorial de Évora****Despacho n.º 6513/2010**

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do n.º 2 do despacho n.º 11/09, do tenente-general comandante-geral de 8 de Janeiro de 2009, publicado no

Nome completo	Categoria profissional	Data	Posição remuneratória	Motivo
Judite Guiomar Vinagre Martins . . .	Técnica superior.	01-02-2010	Posição 6.ª — Nível 31	Aposentação.
Maria Amélia Santos Damas	Especialista informática G3 N2	01-02-2010	Escalão 4 — Índice 900	Aposentação.
Maria Deolinda Ferreira Nunes	Assistente técnica.	01-03-2010	Posição 2.ª — Nível 17	Aposentação.

Lisboa, 29 de Março de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Ponciano de Oliveira*.

203120754

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento****Despacho n.º 6514/2010**

A Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., integra o grupo Nokia Siemens Networks, resultante de uma *joint-venture* entre a Nokia e a Siemens, que opera em cerca de 150 países e é líder no mercado global de serviços de comunicação. A Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., apresentou, no âmbito do regime contratual, a candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação, ao abrigo da Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, de um projecto que consiste na criação de um centro de serviços de telecomunicações global (Global Networks Solution Center), localizado em Alfragide, para a prestação de serviços a clientes em todo o mundo. O investimento em causa excede os 6,92 milhões de euros, prevendo-se o alcance, no ano de 2014, de um valor anual de prestação de serviços e ou de proveitos suplementares de cerca de 10,79 milhões de euros e a afectação ao projecto de 300 postos de trabalho directos e permanentes a preencher por trabalhadores com grau de qualificação igual ou superior a licenciatura. O projecto da Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., por se enquadrar na tipologia definida no n.º 3 do artigo 5.º do regulamento anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, foi, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, considerado de interesse estratégico para a economia nacional/da região por força da Resolução de Conselho de Ministros n.º 117/2008, de 10 de Julho. Dado o seu impacto macroeconómico, considera-se, assim, que o projecto é de grande relevância para a economia nacional

Diário da República, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2009, com n.º 5833/2009, subdelego no comandante do Destacamento Territorial de Évora, capitão de infantaria Fernando Miguel Magano Martins, as minhas competências para a prática dos seguintes actos:

Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de Janeiro de 2010.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados, no âmbito das matérias ora subdelegadas, até à sua publicação no *Diário da República*.

10 de Março de 2010. — O Comandante Interino, *João Manuel Fialho de Sousa*, tenente-coronel de infantaria.

203117839

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.****Aviso n.º 7341/2010**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, publica-se a lista nominativa do pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça que cessou funções:

e reúne as condições necessárias à concessão de incentivos financeiros previstos para os grandes projectos de investimento, o que justificou a sua aprovação, naquele sistema de incentivos, através do despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, de 31 de Dezembro de 2008. Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de Setembro, determino:

1 — Aprovar a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Nokia Siemens Networks Portugal, S. A., que tem centro de serviços de telecomunicações global desta sociedade, localizado em Alfragide.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

5 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

203118608

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo**Despacho n.º 6515/2010**

Atento o pedido de atribuição de utilidade turística a título definitivo ao Congress Hotel & Spa Turismo de S. Mamede, de 3 estrelas, sito no concelho de Portalegre, de que é requerente a sociedade Fernandes, Jorge & Soares, S. A., e;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do presidente do conselho directivo do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição da utilidade turística a título definitivo ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, atribuo a utilidade turística a título definitivo ao Congress Hotel & Spa, de 3 estrelas, sito no concelho de Portalegre, de que é requerente a sociedade Fernandes, Jorge & Soares, S. A.

2 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, fixo o prazo de validade da utilidade turística em sete anos, contados da data do alvará de utilização n.º 54/2009 (12 de Junho), ou seja, até 12 de Junho de 2016.

3 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro, determino que a proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta das taxas devidas à Inspeção-Geral das Actividades Culturais, pelo mesmo prazo que foi fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam ou venham a ser devidas.

4 — A utilidade turística fica, nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

a) O empreendimento não poderá ser desclassificado;
 b) A requerente deverá promover, até ao termo do segundo ano após a publicação do presente despacho, a realização de uma auditoria de qualidade de serviço por uma entidade independente, cujo relatório deve remeter ao Turismo de Portugal, I. P. Caso a requerente disponha de um sistema de gestão de qualidade implementado no empreendimento, o relatório de auditoria pode ser substituído pela descrição detalhada do referido sistema, evidenciando nomeadamente a política de qualidade prosseguida, a monitorização e medição da satisfação do cliente e o tratamento das reclamações, a frequência e metodologia das auditorias internas e o envolvimento da gestão de topo;

c) Não poderão ser realizadas quaisquer obras que impliquem alteração do empreendimento sem prévia comunicação ao Turismo de Portugal, I. P., para efeitos da verificação da manutenção da utilidade turística que agora se atribui, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações por parte daquele organismo, legalmente devidos.

9 de Março de 2010. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

303045327

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 6516/2010

Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 18.º, n.º 1, e 19.º, n.ºs 3 e 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2007, de 27 de Fevereiro, e no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 32/2008, de 25 de Fevereiro, e no uso das competências delegadas pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas através do despacho n.º 78/2010, de 5 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirectora-geral de Veterinária a mestre Maria Luísa de Almeida dos Santos de Sá Gomes.

2 — A presente nomeação fundamenta-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação da visada, conforme resulta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Março de 2010.

6 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

Nota curricular

Nome: Maria Luísa de Almeida dos Santos de Sá Gomes.
 Nascida em 27 de Setembro de 1964, em Lisboa.
 Habilitações académicas:

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1988;
 Mestre em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, 2001.

Carreira profissional:

Directora de serviços da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, MOPTC.

Desde 25 Julho de 2002 exerce funções na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Carreira anterior:

De 7 de Setembro de 1990 a 9 de Outubro de 1992, jurista, da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, no Serviço de Administração dos Impostos sobre o Rendimento, na Direcção de Serviços do IRC, com a categoria de perito de fiscalização tributária de 2.ª;

De 13 de Outubro de 1992 até Dezembro de 1996, funções de consultora jurídica da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, actual Direcção-Geral do Orçamento, do Ministério das Finanças;

A partir de 7 de Abril de 1994, técnica superior de 2.ª classe, daquela Direcção-Geral elaborando estudos de projectos legislativos, concebendo e desenvolvendo projectos de anotação e compilação de diplomas, emitindo pareceres, participando em reuniões e grupos de trabalho;

Em 1 de Abril de 1996 foi nomeada, precedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, técnica superior de 1.ª classe do quadro daquela Direcção-Geral;

De Dezembro de 1996 a Dezembro de 1998 foi transferida para o quadro do Tribunal de Contas onde exerceu funções de jurista do Gabinete de Estudos;

De 5 de Janeiro de 1999 até 25 de Outubro de 2000, requisitada para o exercício de funções de directora-adjunta do Conselho de Administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário — INTF;

De 26 de Outubro de 2000 até 24 Julho de 2002, secretária-geral-adjunta do Ministério da Cultura.

Acções de formação/conferências:

Em 8 de Outubro de 1997, leccionou o curso de formação sobre o Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas (em especial reclamações e recursos), Centro de Formação de Tribunal de Contas, Lisboa.

Oradora em várias conferências sobre Sistema Nacional de Compras Públicas: «Garanta uma participação de sucesso nas oportunidades das Compras Electrónicas da Administração Pública», promovida pela NPF — Pesquisa e Formação, de 21 a 22 de Outubro de 2008; «A gestão de compras agregadas» no âmbito da conferência «Aspectos práticos do processo de compra na Administração Pública no âmbito das plataformas electrónicas de contratação pública» promovida pela NPF — Pesquisa e Formação, de 27 a 28 de Outubro de 2009.

Funções docentes: docente do curso de Direito, da Universidade Internacional, de Lisboa, desde 1991/1992, onde leccionou as seguintes disciplinas: Direito da Família e das Sucessões e Direito Processual Civil I e Direito Processual Civil II.

Trabalhos publicados: Código de Processo Civil e Legislação Complementar Nacional e Internacional, (co-autoria) Livraria Arco-Iris, Edições Cosmos, 1997; Código de Processo Civil e Legislação Complementar Nacional e Internacional (co-autoria), Vislis Editores, 2.ª edição, 2002; Gabinetes dos Membros do Governo — Guia de Pessoal, Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Lisboa, 2005.

Edições do Tribunal de Contas (co-autorias), Lisboa, 1998:

A Organização, Funcionamento e Competência da Função Jurisdicional dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres da União Europeia — Estudo de Direito Comparado; Regime Jurídico dos Peritos; L'Organization et la Compétence de la Cour de Comptes; Anuário do Tribunal de Contas 1997; Fundamentos da Recusa de Visto pelo Tribunal de Contas.

203118032

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros
e Patrimoniais

Aviso n.º 7342/2010

Lista Unitária de Ordenação Final, Procedimento concursal comum na categoria de técnico superior, preferencialmente detentor de licenciatura em Engenharia Agronómica

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, faz público que do procedimento concursal em epígrafe, aberto pela Agência Portuguesa do Ambiente, publicitado no *Diário da República* n.º 2, 2.ª série, de 5 de Janeiro de